

## EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE – UMA CONSTRUÇÃO A PARTIR DAS CONTRADIÇÕES, REFLEXÕES E VIVÊNCIAS A PARTIR DO PET EDUCAÇÃO POPULAR DA UNIFESP-BAIXADA SANTISTA

ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino \*

LEONARDI, Fabricio Leonardi \*\*

### RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre a contribuição e inserção da Educação Popular na universidade a partir dos membros do grupo Programa de Educação Tutorial (PET) de Educação Popular: “criando e recriando a realidade social”, da UNIFESP-Baixada Santista. A partir de descrição e discussão do processo teórico-metodológico da educação popular, sua inserção nos espaços universitários e o trabalho realizado pelo grupo, a pesquisa buscou, por meio da análise de relatos, portfólios e textos, problematizar os olhares e as vozes dos sujeitos que protagonizam essa experiência para evidenciar, com base nos argumentos deles mesmos, se há e como reconhecem a Educação Popular no espaço acadêmico. A análise realizada permitiu identificar a possibilidade da existência da Educação Popular no espaço da universidade no contexto do século XXI. Evidenciou-se que a Educação Popular consegue existir e ser mantida no espaço da universidade pública brasileira devido à própria natureza contraditória dessa instituição, que reconhece várias conquistas dos direitos sociais, das políticas de democratização e da reivindicação da igualdade de oportunidades para a classe popular, mas que reafirma suas práticas e cultura institucional condizentes com o modelo social historicamente hegemônico. Portanto, a universidade pública é ainda um espaço a ser conquistado, efetivamente, pela classe popular. Nesse sentido, a Educação Popular no espaço da universidade, embora tenha permanecido pouco reconhecida, tem contribuído, permanentemente, para que a universidade pública seja provocada a assumir seu compromisso com a população que historicamente esteve apartada do espaço concebido como produtor do conhecimento.

**Palavras-chave:** Educação Popular – Universidade – Educação – Práxis

---

\* Graduada em Ciências Sociais (1996), Mestre (2000) e Doutora (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Campus Baixada Santista). Professora no curso de Serviço Social, na coordenação do Centro de Educação em Direitos Humanos; Coordenação de Direitos Humanos da Pró-reitoria de Extensão e Cultura/UNIFESP, coordenação do grupo de extensão e pesquisa em Educação Popular. Tutora do PET de Educação Popular. Membro de projetos de estudo sobre Estado, instituições políticas e participação social. Email: [raiane.assumpcao@unifesp.br](mailto:raiane.assumpcao@unifesp.br)

\*\* Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Franca (2006), especialização na área "Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais"; pela Universidade de Brasília (UNB - 2010) e mestrado pelo Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde da UNIFESP - Câmpus Baixada Santista (2012). Assistente social da Universidade Federal de São Paulo Email: [fabricioleonardi@gmail.com](mailto:fabricioleonardi@gmail.com)



**POPULAR EDUCATION IN THE UNIVERSITY – CONSTRUCTING FROM  
CONTRADICTIONS, REFLECTIONS AND EXPERIENCES OF THE PET POPULAR  
EDUCATION IN THE UNIFESP- SANTOS CAMPUS**

**ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino \***

**LEONARDI, Fabricio Leonardi \*\***

**ABSTRACT**

*This article promotes a reflection on the contribution and inclusion of Popular Education at the University by discussing it with the members of PET (Tutorial Education Program) Popular Education: "creating and recreating social reality" of UNIFESP-Santos Campus. The research sought to problematize the subjects' perception and opinions, taking into account the description and discussion of the theoretical and methodological process of popular education, their inclusion in university spaces, and the work done by this group, in order to evaluate, by their own arguments, if the recognition of Popular Education really exists in the academic space, and by what means. The analysis identified the possibility Popular Education within the university space in the context of twenty-first century, and it became evident that Popular Education can exist and be maintained within the Brazilian public University due to the own contradictory nature of this institution; an institution that recognizes various achievements of social rights movements, of democracy policies, and the claim for equality in opportunities for the popular classes. But, at the same time, an institution that reaffirms its institutional culture and practices that are most suitable to the historically hegemonic social model. Therefore, the public university is still a space to be effectively conquered by the popular classes and in this sense, although not very well recognized, Popular Education within the university space has contributed permanently to the public university, in causing it to take commitments to the population that has been historically separated from this space conceived as a producer of knowledge.*

**Keywords:** *Popular Education. University. Education. Praxis.*

---

\* Graduated in Social Sciences (1996), Master (2000) and PhD (2008) in Sociology from the Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor at the Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Campus Baixada Santista). Professor in the course of Social Work and coordinator of the Centro de Educação em Direitos Humanos; coordination of Human Rights of Dean's Office of Extension and Culture/UNIFESP, coordination of extension and research group in Popular Education. Tutor of Popular Education Tutorial Education Program. Member of study projects about State, political institutions and social participation Email: [raiane.assumpcao@unifesp.br](mailto:raiane.assumpcao@unifesp.br)

\*\* Degree in Social Work from the Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP / Franca (2006) , specialization in the " Social Work: social rights and professional skills " ; the University of Brasilia (UNB - 2010) and master the Interdisciplinary Program in Health Sciences, UNIFESP - Campus Santos ( 2012) Social Worker of the Federal University of São Paulo Email: [fabricioleonardi@gmail.com](mailto:fabricioleonardi@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira neste início do século XXI tem sido marcada por tensões decorrentes dos questionamentos e reposicionamentos em relação às instituições sociais e políticas que, até então, tiveram papel fundamental na estrutura e dinâmica social, dentre elas podemos citar a família, a igreja, o Estado, o partido político, a escola e a mídia.

Ao mesmo tempo em que a conjuntura é assinalada por inúmeras conquistas obtidas com o processo de abertura democrática e a construção do Estado de direito no Brasil, como também por avanços no campo científico e tecnológico, presenciamos, cotidianamente, expressões conservadoras de uma sociedade estruturada no conflito de classes, patriarcalista, construída a partir da valorização da cultura eurocêntrica e americana, pautada por relações de favor e privilégio (elitização), relações de consumo, pelo patrimonialismo estatal e pela dependência e exploração econômica. Essas características constituem uma realidade marcada por imensas desigualdades evidenciadas nas diferentes expressões da questão social – menor salário das mulheres em relação aos homens, predominância de homicídios de jovens negros da periferia, altos índices de violência por homofobia, criminalização dos movimentos sociais, intolerância religiosa, a relação entre condições socioeconômicas e o acesso à universidade, a relação entre localização da habitação e acesso aos bens culturais, entre tantos outros.

Essa conjuntura evidencia as contradições presentes na sociedade brasileira – avanços legais e institucionais no campo dos direitos e permanência de uma cultura e práticas conservadoras, e até mesmo reacionárias –, condizentes com o modelo social hegemônico, excludente e hierarquizante.

Diante desse cenário, são exigidas respostas das instituições sociais vigentes e dos instrumentos legitimados para a ação política para essas questões e expressões que emergem. Segundo Durham (1989), a universidade pública também é questionada: qual a capacidade dessa instituição em desempenhar sua função *sui generis* (instituição responsável pela formação e produção de conhecimento acadêmico-científico referenciado na realidade social e condições ambientais)?

O conjunto de questionamentos referente ao papel social da universidade pública, conforme Santos (2004), decorre de uma crise de hegemonia provocada por mudanças na função social da universidade. A finalidade tradicional de produzir conhecimentos científicos

e humanísticos, comprometidos com a formação e modelo social da elite, é substituída por uma função que responde às demandas emergentes no século XX – como a produção de conhecimentos instrumentais e úteis a formação de mão de obra qualificada, exigida pelo desenvolvimento capitalista, como também decorrente das conquistas dos direitos sociais, políticas de democratização e da reivindicação da igualdade de oportunidades para a classe popular.

No entanto, verifica-se que a mudança da sua função não implica em mudança no papel social que, historicamente, a universidade desempenhou: um espaço em disputa, mas que tem assumido uma posição que corresponde ao projeto hegemônico de sociedade. Assim, argumentamos que a crise de legitimidade da universidade não decorre da mudança de sua função social, mas, em especial, por se manter como uma instituição com acesso restrito, que reproduz a especialização e hierarquização dos saberes e lhe clama a competência de ser a instituição capaz de reconhecer o que é conhecimento e quem está apto a utilizá-lo.

Historicamente as universidades no Brasil vêm demonstrando seu compromisso com a classe dominante e com propostas de formação e produção comprometidas com os projetos socialmente hegemônicos. Entretanto, é importante considerar que, também no interior das universidades, nos diferentes momentos históricos, existiram grupos de caráter progressista, libertário ou comprometido com as mudanças socioeconômicas na perspectiva popular.

Assim, hoje se faz necessário alavancar processos que recolorem o papel social da universidade, considerando a realidade contraditória, diversa e desigual na qual estamos inseridos.

Ao mesmo tempo em que, ao longo das últimas décadas, desenvolveram-se programas de pós-graduação reconhecidos internacionalmente, não se desenvolveu um processo efetivo de acesso e permanência das classes populares ao ensino superior qualificado. Além disso, o conhecimento científico produzido nem sempre se articula organicamente com o necessário enfrentamento dos graves problemas sociais, econômicos, culturais e ecológicos do país (FLEURI, 2004, p. 21).

É preciso aprofundar a reflexão sobre o papel da universidade: que conhecimento ela está sendo capaz de gerar (como, para quem e para que o conhecimento tem sido produzido)? Tem sua produção (sistematização de conhecimentos e a formação profissional) referenciada nas questões postas pela realidade ambiental e social, sem se submeter à mesma, articulando saberes por meio de um diálogo crítico, fecundo e propositivo? A sua dinâmica político-

institucional e didático-pedagógica tem sido sustentada pelos princípios da autonomia do saber, da liberdade de expressão, do compromisso público? Tem preservado a sua natureza laica e democrática?

As respostas a essas indagações são formuladas de acordo com as concepções de educação e de projetos societários que disputam o sentido atribuído à formação dos sujeitos, às formas e às estratégias utilizadas para desenvolver a gestão e o processo de ensino-aprendizagem e a intencionalidade da produção do conhecimento. A universidade é uma instituição dinamizada por interesses, demandas e expectativas variadas, podendo coexistir propostas pedagógicas que tenham intencionalidades distintas e até antagônicas, que tomam materialidade no ensino, na pesquisa, na extensão e nas instâncias deliberativas. Portanto, torna-se necessário analisar as concepções e os projetos de educação que se materializam no seu espaço.

Diante do cenário apresentado, buscou-se analisar uma experiência decorrente de um processo contra-hegemônico, que não é novo, mas ainda pouco expressivo no espaço universitário: a Educação Popular. Esta concepção de educação permite compreender que a formação acadêmica deve ser constituída por saberes específicos (técnicos, científicos, históricos e culturais) de um dado campo do conhecimento e por saberes decorrentes das vivências em determinada realidade (priorizando os produzidos pelos movimentos sociais, comunitários e pelas instituições públicas). Sendo coerente com o referencial teórico-metodológico da Educação Popular, considerou-se para o desenvolvimento da análise o “olhar” e a “fala” de uma parcela dos sujeitos (estudantes e egressos) de uma experiência concreta – a vivência em curso na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) pelo Programa de Educação Tutorial (PET) em Educação Popular da UNIFESP/BS, que é materializada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi problematizar os olhares e as vozes dos sujeitos que protagonizam essa experiência para evidenciar, com base nos argumentos deles mesmos, se há e como reconhecem a Educação Popular no espaço acadêmico.

## 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

### 2.1 A Educação Popular na universidade

Considerando que, nos diferentes momentos políticos da sociedade brasileira a Educação Popular foi pouco reconhecida nos espaços acadêmicos, entendemos ser importante analisar experiências que evidenciem o significado dessa concepção contra-hegemônica na formação universitária e na produção de conhecimento.

Em variados momentos históricos, as políticas educacionais adotadas no Brasil e as propostas político-pedagógicas implantadas nas universidades traduziram os princípios e os objetivos de um projeto de sociedade hegemônico, comprometendo-se com o aprimoramento do modelo socioeconômico vigente. É no bojo deste processo que a educação popular se articula com grupos e movimentos que estabelecem correlações de forças e apresentam projetos societários alternativos.

Mas em alguns lugares algumas vozes começaram a pensar diferente. Elas retomavam a ideia antiga, tantas vezes silenciada, de que educar é fazer perguntas. De que ensinar é criar pessoas em quem a inteligência venha a ser medida mais pelas dúvidas mal formuladas do que pelas certezas bem repetidas. De que aprender é construir um saber pessoal e solidário, através do diálogo entre iguais, sociais e culturalmente diversificados. Elas começaram a suspeitar que um conhecimento apto é uma maneira frágil e efêmera de criar ideias, mais do que de reproduzir saberes (BRANDÃO, 2002, p. 435).

Os estudos sobre a educação popular na universidade brasileira<sup>i</sup>, em geral, apresentam experiências ou reflexões sobre ações extensionistas, o que pode ser explicado pelo papel que essa dimensão da formação acadêmica possui frente às demais – o ensino e a pesquisa – na composição da universidade<sup>ii</sup>. Isso não significa que toda extensão universitária esteja pautada pela concepção de educação popular. Pelo contrário, a extensão é parte constitutiva da universidade; portanto, assume diversas formas e propósitos, como também adquire diferentes graus de relevância no espaço universitário.

Assumir a defesa dessa concepção de extensão universitária tem um significado mais amplo e desafiador que meramente uma mudança prática ou a criação de mecanismos que viabilizem uma maior aproximação entre universidade e sociedade. Significa defender um modelo de universidade, uma intencionalidade para a educação e um projeto de sociedade.



Expressa o rompimento de uma lógica elitista e hierarquizada, historicamente instituída na universidade brasileira, em prol de um movimento articulado às forças sociais que têm o propósito de construir conhecimento por meio de uma horizontalização na relação entre o científico e o popular, de forma comprometida com as transformações da realidade social.

A extensão popular, advinda da entrada da Educação Popular na universidade, se configura como uma possibilidade concreta de estar com os setores populares, através do esforço e desejo de dialogar com esses sujeitos. A extensão, quando realizada na perspectiva da Educação Popular, busca a construção de ações geradoras de leitura de mundo, capacidade crítica e emancipação. Os resultados são identificados no processo, na constante formação, construção e transformação da realidade e dos sujeitos envolvidos.

A Educação Popular se constituiu fortemente vinculada à vida universitária, não como uma ação oficial das políticas acadêmicas universitárias, mas como inspiração de muitas das práticas sociais que estudantes, professores e intelectuais mais inquietos iam tentando implementar nos espaços livres de seus trabalhos (VASCONCELOS; CRUZ, 2011, p. 17).

Embora ainda haja fortes barreiras para a concretização da Educação Popular na universidade, as experiências construídas nos diferentes momentos e territórios da sociedade brasileira têm mostrado a sua inegável potencialidade para que o saber acadêmico tenha significado e seja democraticamente apropriado. Assim, as experiências acadêmicas de educação popular vão além de uma devolutiva para a sociedade do que ela investe na universidade; são focos de resistência, que reverbera em militância pelo diálogo horizontal na construção do conhecimento, transformando-o em potencialidade na sociedade.

Justamente por conceber e fazer a educação de modo diferente e defender uma proposta contra-hegemônica aos padrões acadêmicos, a educação popular sempre foi uma concepção pouco reconhecida no espaço universitário. Essa concepção de educação recoloca as questões postas sobre o papel e o compromisso social da universidade: por ser comprometida com os setores populares da classe trabalhadora, é realmente possível desenvolver a educação popular no interior da universidade? Qual o espaço na universidade possível para a educação popular ser materializada? Por ser uma proposta minoritária e contra-hegemônica, qual a sua implicação na formação acadêmica dos sujeitos? Qual é o seu papel?

Compreendemos que as respostas a essas indagações poderiam ser formuladas de acordo com o sentido atribuído à formação dos sujeitos, às formas e às estratégias utilizadas

para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem e à intencionalidade da produção do conhecimento. Assim, essas indagações foram transformadas em questões mobilizadoras para um estudo sobre a educação popular vivenciada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade.

## ***2.2 Apresentando as bases teóricas da Educação Popular***

Como afirma Gadotti (1999), a Educação Popular, como prática político-pedagógica, pode ser encontrada em todos os continentes nos vários momentos da história, a partir das grandes transformações sociais e políticas do século XIX, mas com diferentes epistemologias, com concepções e práticas muito distintas e até mesmo antagônicas.

A Educação Popular utilizada neste estudo surgiu na América Latina, intrínseca às lutas populares, dentro e fora do Estado. Assim, a compreensão do significado da Educação Popular requereu a busca de um suporte teórico que possibilitasse conhecê-la e entendê-la no seu processo histórico.

O referencial teórico-metodológico freireano<sup>iii</sup>, especialmente as elaborações que dialogam com a produção gramsciana<sup>iv</sup>, foi o suporte assumido. Assim, compreendeu-se que as experiências educativas deveriam ser capazes de provocar os olhares naturalizados e as explicações costumeiras, gerando provocações, reflexões, inquietude e indignação nos e com os sujeitos, na perspectiva da construção da emancipação do gênero humano.

Freire (2005) concebe os seres humanos no mundo enquanto seres históricos e sociais – sua constituição decorre da relação entre os humanos, e destes com a natureza, para sobreviver e reproduzir. Assim, crê no ser humano como transformador da realidade e, por esse motivo, busca compreender mesmo o que não está visível no mundo – o que denominou como desvelamento da realidade. Para ele, só quando compreendemos a realidade somos capazes de transformá-la.

A conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática de desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação. (FREIRE, 1981, p. 117)



Assume-se esta concepção de Freire (1981 e 2005), identificando-a com base no materialismo histórico dialético presente em Gramsci, especialmente no conceito de *filosofia da práxis*:

[...] não há filosofia, ou seja, concepção de mundo sem nossa consciência de historicidade [...] na realidade, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo e sempre se faz uma escolha entre elas [...]. A escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também, fatos políticos (GRAMSCI, 1987, p. 13-15).

A filosofia na compreensão de Gramsci é visão de mundo, assim, uma condição política. Como, então, entendê-la a partir da práxis? Para Gramsci (1987), a *filosofia da práxis* é uma atitude crítica de superação da antiga maneira de pensar, partindo do pensamento concreto existente (o universo cultural existente). Possibilita a superação do senso comum e a elevação da condição cultural dos indivíduos e da massa.

Assim, compreende-se que esta é uma concepção que reafirma e lapida a essência do materialismo histórico dialético clássico. Entendida como uma unidade dialética entre teoria e prática, a *práxis* não é um fator meramente mecânico e sim o construto do *devir* histórico. Esse *devir* deve ser entendido na lógica do ser humano (ou sua natureza) como a expressão da coletividade e suas ações transformadoras de si e dos outros, cujas relações são sociais e históricas. Segundo Gramsci (1987), essa unidade entre teoria e ação é uma relação dialética que postula o ser histórico como político, ampliando a visão de filosofia e política como dados totalizantes, sendo a filosofia e a história em ato a própria condição existencial. Assim, Gramsci (1987) atribui a importância da dimensão cultural nos processos de transformação social. A cultura é compreendida como uma criação social do ser humano; ela é, simultaneamente, um processo e vários produtos construídos na relação entre ser humano e natureza, e com outros humanos. Assim, a cultura é ontológica à existência humana.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura [...] (FREIRE, 2005, p. 43).

A concepção de educação popular, neste trabalho, tem como perspectiva o processo de consciência dos sujeitos; de si, enquanto ser social, e do mundo, enquanto construção histórica e produto de projetos societários em disputa. Portanto, busca construir a reflexão e a

indignação nos e com os sujeitos, por meio da sua capacidade de ler a realidade e de agir para transformá-la.

A conscientização é um compromisso histórico [...], implica que os homens assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece [...], está baseada na relação consciência-mundo (FREIRE, 2005, p. 43).

Para isso, a educação não pode se dar alheia ao contexto dos sujeitos, nem o conhecimento pode ser construído ignorando o seu saber. Nessa concepção de educação, a realidade concreta (aspectos materiais, relacionais, afetivos...), como é apresentada pelos sujeitos, é o ponto de partida para a construção do conhecimento rumo à transformação dos envolvidos e da realidade social. É o que Paulo Freire (1987) definiu como *leitura do mundo*.

Este é um dos elementos teórico-metodológicos centrais, pois permite o desvelamento da realidade e a crítica aos componentes ideológicos da cultura hegemônica, que geram opressão expressas no cotidiano pelas maneiras de sociabilidade vigente. Ao falarmos de “leitura de mundo”, falamos da “decifração” da realidade por meio da construção de simbologias interpretativas pelos sujeitos; interpretamos a realidade a partir daquilo a que já, em algum momento de nossas vidas, fomos expostos.

Neste processo, o *Círculo de Cultura* consiste em outro elemento teórico-metodológico importante. É um espaço para reviver a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetivando-o, problematizando-o, compreendendo-o como projeto humano. Todos juntos, em diálogo circular, intersubjetivando-se, vão assumindo, criticamente, o dinamismo de sua subjetividade criadora para reelaborarem o mundo.

[...] Há, então, dois processos de implicações mútuas e correlacionadas: a estruturação cognitiva de cada intérprete, [...] e a construção do próprio mundo, uma vez que as ações que empreendemos a todo o momento são baseadas em nossas interpretações e julgamentos, e nas possibilidades que vislumbramos. As ideias são elaboradas na tentativa de explicar a realidade e provocar transformações ou a manutenção da ordem. Se estabelecem aquelas que, a seu tempo, se tornam hegemônicas (ASSUMPÇÃO, 2009).

Assim, o conhecer é compreendido como um ato de apreender o mundo concreto em sua totalidade, o que implica num processo dialético de aproximação sucessiva e crítica da realidade, para desvelar sua organização e as contradições que lhe são inerentes. A descodificação e a problematização da realidade em sua diversidade requerem uma cisão e

uma reorganização dos saberes e das práticas, o que configura a transformação da realidade, uma das transformações possíveis. Portanto, essa não é uma tarefa solitária. O ato de conhecer para Freire (1987) ocorre a partir de um processo social, mediado pelo diálogo.

Para Paulo Freire, a dialogicidade, a *ação cultural dialógica*, é uma condição existencial dos sujeitos, que possuem consciência de si e consciência do mundo. É condição básica para as relações entre os seres humanos e para a inserção crítica e de luta dos sujeitos na construção histórica de outra sociedade. “Estamos convencidos de que o diálogo com as massas populares é uma exigência radical de toda revolução autêntica. Ela é revolução por isto” (FREIRE, 2005, p. 145).

### 3 MATERIAL E MÉTODO – PESQUISANDO A PRÁXIS

Para o desenvolvimento da análise sobre a presença e as implicações da educação popular universidade, no caso a UNIFESP campus Baixada Santista, partimos de nossa própria práxis: a experiência do Programa de Educação Tutorial (PET) em Educação Popular. Foram considerados os olhares e as vozes dos sujeitos que protagonizam esta experiência<sup>v</sup>. Assim, o ponto de partida para a pesquisa foi a visão de mundo e a percepção dos sujeitos envolvidos no desafio de vivenciar e sistematizar esta práxis (ação-reflexão-ação). Buscamos evidenciar, a partir de seus argumentos, se há o reconhecimento e como reconhecem a educação popular no espaço acadêmico.

O pressuposto existente é de que as ações acadêmicas fundamentadas na Educação Popular devem provocar a universidade a desenvolver sua função – por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão – para que o conhecimento possa ser apropriado e reconstruído pela problematização, na relação saber popular e saber científico, e comprometimento com as necessidades da realidade vivida dos sujeitos envolvidos (especificamente a classe trabalhadora) na perspectiva da emancipação humana.

A pesquisa utilizou como base de dados para análise textos individuais e um vídeo reflexivo<sup>vi</sup>, elaborados pelos sujeitos do PET Educação Popular, como forma de sistematizarem sua vivência, já que a temática “Para que(m) serve o seu conhecimento” foi objeto de discussões e reflexões no período em que esta pesquisa se deu, isto é, entre 2013 e 2015. Esses materiais utilizados são decorrentes da práxis vivenciada no grupo e construídos pelo mesmo; portanto, mesmo tendo autoria, são consequências do processo coletivo

vivenciado individualmente. O acordo entre membros do grupo é que estes textos e vídeo são acessíveis e públicos para fins acadêmicos e de ação junto à comunidade.

Os conteúdos coletados desses materiais foram analisados na tentativa de obter respostas para as questões mobilizadoras do estudo, tomando como parâmetro duas dimensões: a político-epistemológica, que diz respeito à compreensão que os sujeitos têm sobre o conhecimento produzido a partir da experiência da educação popular na universidade – a intencionalidade do mesmo; a outra é a ético-política, que corresponde ao significado dessa experiência para a formação acadêmica e política dos sujeitos e ao impacto da educação popular no espaço institucional da universidade.

Como a análise desse processo é resultante da práxis e das percepções dos sujeitos da experiência, não é uma construção *a priori*, mas decorrente do esforço coletivo de evidenciar o papel político-pedagógico da educação popular no espaço acadêmico, na perspectiva de uma formação e da produção do conhecimento comprometidos com a emancipação humana<sup>vii</sup>. Trata-se de uma tentativa de refletir e socializar os saberes elaborados na práxis coletiva, com o propósito de utilizá-lo como instrumento para compreender e avançar nesta práxis existente, como também fazer a defesa dessa concepção de educação no espaço da universidade, considerando os seus propósitos: uma formação universitária comprometida com a autorreflexão, a construção de conhecimentos crítico-reflexivo, práticas sociais éticas e na perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da emancipação humana.

### **3.1 O Programa de Educação Tutorial de Educação Popular – UNIFESP-BS**

O Programa de Educação Tutorial de Educação Popular (PET) é um coletivo formado por (um) docente, (um) técnico e estudantes da UNIFESP-BS, que busca construir um espaço educacional em que se vivenciem, através da educação popular, processos de ensino/aprendizagem e de construção do conhecimento, por meio da formação, da pesquisa e da extensão, de forma comprometida com a transformação da realidade social, na perspectiva da emancipação humana dos sujeitos.

O coletivo constituiu-se a partir de julho de 2010, decorrente do desejo de se efetivar no espaço universitário da UNIFESP-BS uma ação que correspondesse às demandas apresentadas pela conjuntura e por parcela da sociedade da Baixada Santista (SP) – as camadas populares –; como também possibilitasse uma práxis efetiva, considerando as

concepções teóricas e intencionalidades políticas que moviam os sujeitos que se envolveram. Desde o início do processo de constituição do grupo era notório o protagonismo estudantil, manifestado por uma vivacidade e uma “vontade de fazer” emergente da leitura de textos e livros sobre educação popular e sobre o marxismo.

Buscou-se efetivar, no desenvolvimento do grupo, uma prática em que a indissociabilidade e a interdependência entre o ensino, a pesquisa e a extensão fossem garantidas nas ações realizadas, fundadas em um mesmo referencial teórico-metodológico – o referencial freireano: processos de formação (teórico-metodológico e temático) contínuos e sistemáticos, atuação na comunidade local, sistematização da práxis, articulação e atuação com grupos e coletivos que militam nas áreas referentes aos direitos humanos e efetivação do poder popular.

A Educação Tutorial, tal como se apresenta na proposta do PET de Educação Popular “criando e recriando a realidade social”, fundamenta-se na ideia de que é importante que o grupo seja composto por sujeitos que estejam inseridos em diferentes períodos do processo de formação acadêmica (o que leva a sempre estarem em interação estudantes de primeiro a quinto ano de graduação), para que aqueles com mais experiência possam auxiliar e apoiar os mais novos. No mesmo caminho, esse grupo integra estudantes de diferentes cursos de graduação, o que possibilita diálogos e planejamentos interdisciplinares. Como consequência desse processo, temos uma dimensão continuada da formação que propicia diferentes níveis de compreensão teórico-práticos de atuação que vão se reconstruindo e desenvolvendo sistematicamente.

A dinâmica de trabalho do grupo é desenvolvida da seguinte forma:

- Reuniões gerais em que são discutidas as diretrizes do grupo, as atuações nas frentes de trabalho, as propostas coletivas de ação dentro e fora da universidade, a organização e a participação em eventos;
- Encontros para formação, estudos e pesquisas (coletivas e individuais);
- Reuniões das frentes para planejamento, estudo, execução e avaliação de projetos de extensão realizados pelos membros do grupo junto à comunidade.

Desde sua origem, o coletivo é constituído por um técnico em educação, (um) assistente social, uma docente e dezoito estudantes (dos cursos de serviço social, psicologia, educação física e terapia ocupacional da UNIFESP-BS), que foram alternando ao longo do

processo, seja por concluírem a graduação ou por optarem por outras inserções na universidade.

As ações foram orientadas por temáticas emergentes da realidade local e por espaços em que foi possível realizar articulações, o que não significa ter um alinhamento político e metodológico entre os projetos e frentes. No período analisado, o coletivo assumiu as temáticas orientadoras e espaços para as ações expressadas a seguir.

### ***3.1.1 Educação Popular e Saúde: apoio aos usuários e estímulo a sua participação política nas políticas sociais – atuação na SECASA (Seção Casa de Apoio e Solidariedade ao Paciente com Aids) em Santos***

Frente à situação de gravidade clínica e vulnerabilidade social (violação de direitos) dos usuários do serviço, buscaram-se, por meio de atividades lúdicas, atividades de apoio, de discussão e reflexão, favorecer a autoestima, o reconhecimento do próprio corpo, o estímulo à busca de projetos de vida e a participação política nas políticas públicas. As alternativas pedagógicas utilizadas tiveram o propósito de identificar as demandas dos usuários; a casa (serviço) chega a atender 15 pessoas. O grande desafio encontrado nesse projeto refere-se justamente à situação de gravidade dos casos, sendo que alguns necessitam de cuidados especiais e outros estão acamados. Essa dificuldade fez o grupo dimensionar o agir a partir das relações institucionais, da relação dos funcionários do serviço com os pacientes, mudanças no espaço físico, resgate de memórias, visitas monitoradas a espaços da cidade onde era possível levá-los, etc. Essa dimensão do cuidado e do contato mais subjetivo, da fragilidade extrema do público-alvo, traz a necessidade de uma abordagem específica cujas estratégias foram criadas ao longo do percurso.

### ***3.1.2 Educação Popular e o direito à cidade: formação com movimentos sociais de moradia e comunidade em ocupação – atuação na Vila Sapo.***

Buscou-se a identificação da história de moradores e membros dos movimentos sociais de moradia da Vila Sapo, em Santos, com o objetivo de fortalecer o seu autorreconhecimento enquanto comunidade e unidade na luta política pela garantia dos direitos sociais. São aproximadamente 70 famílias que residem na Ponta da Praia, cujo



perímetro do bairro faz divisa com uma série de empreendimentos imobiliários (prédios colossais de vinte e oito andares). A vila, constituída por moradias de madeira, cimento e barracos, está num dos bairros mais valorizados da cidade, o que traz a voracidade da especulação imobiliária, que já é muito forte na cidade – um paradoxo que evidencia a desigualdade que vivemos em nosso país. A Vila montou uma associação (Associação da Vila Sapo) cujo objetivo era defender a permanência dessas famílias no local. Após muitas lutas, a associação iniciou um trabalho para conseguir a construção de moradias populares no terreno e em outro local; o processo foi aprovado e as obras estão em vias de acontecer. Apesar da conquista da Associação dos Moradores, há diversos impasses e atritos relativos à organização da entidade. A frente do PET na Vila Sapo enfrentou o desafio de aproximar-se dessa realidade e de desenvolver um trabalho de educação popular, tendo como pano de fundo esse conflito. Assim, foi pactuado iniciar com a realização de um vídeo-documentário retratando a história do bairro, dos moradores mais antigos e da atual realidade das famílias, não abordando o conflito com a associação. Essa estratégia se colocou como uma forma de suscitar a identidade comunitária, aproximar a equipe da realidade da vila e possibilitar a organização de uma proposta de educação popular mais próxima da realidade e interesses dos moradores. A partir de uma sessão coletiva de cinema na vila, foi planejado um processo de formação mais continuado na sede da associação, visando trabalhar os diversos temas relevantes àquela realidade. Atualmente a edição do vídeo ainda não foi concluída.

### ***3.1.3 Educação Popular e o direito à educação: efetivação do cursinho popular Cardume na UNIFESP – atuação via aula de redação e participação no comitê gestor***

Em 2013, o grupo iniciou a formulação da proposta do cursinho, em conjunto com outros sujeitos da universidade. Participou da concepção, formatação, implementação e execução do Cursinho Popular Cardume (CPC), um cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que primasse pela horizontalidade, autonomia e dialogicidade. Contudo, uma vez constituído, o CPC foi apresentando novos desafios que se colocaram no campo da reflexão e discussão teórico-metodológica da Educação Popular de Paulo Freire: que estratégias utilizar para não reproduzirmos a educação bancária em função do denso conteúdo exigido pelos vestibulares? Como possibilitar um aprendizado humanizador, que permita o acesso ao saber sistematizado, mas também leve em conta e dê

importância à vivência dos sujeitos? Como essa educação popular pode contribuir na desconstrução de uma educação depositária e reprodutora de opressões? Essas e outras perguntas impeliram o grupo para uma reflexão sobre metodologias participativas, uma vez que estas são inerentes ao referencial adotado. No Cursinho, a realidade cristalizada, isto é, a realidade de concepções fundadas em preconceitos de várias ordens, intolerância religiosa, machismo, sexismo, racismo, etc., por vezes, é a realidade dos sujeitos heterogêneos que fazem parte dela – trabalhadores, estudantes, jovens, adultos, idosos, majoritariamente oriundos de escola pública, moradores de periferias, com dificuldades financeiras e de permanência, etc., ou, por vezes é o próprio conteúdo do vestibular que se distancia de sentido e identidade para os estudantes do cursinho. Nesse contexto, fazer dessa diversidade uma fonte de riqueza cultural é um desafio: a pesquisa assume importante papel, pois para partir da realidade do outro, precisa entendê-la(o), olhar a partir de seus olhos e são muitos os olhares. A riqueza está em experienciar cada uma dessas possibilidades e coletivamente construir um olhar comum, não padronizante, mas criador de sentido e significado para quem olha e é olhado. O grupo fez uma aproximação do trabalho com as redações ao tema mais geral “combate às opressões”, com temáticas transversais e urgentes à realidade dos estudantes. Nessa relação se descobriu, por exemplo, que é importante conhecer a estrutura de um texto dissertativo-argumentativo, como o solicitado na prova do ENEM. Mas, mais importante que isso é que, por meio da escrita, os vestibulandos possam inscrever e entender suas próprias trajetórias; que saibam que não existe apenas o tipo de escrita cobrado no ENEM; que outros gêneros textuais também são importantes e que conhecê-los consolida a percepção deles de como fazer uma redação.

### ***3.1.4 Educação e direitos humanos – intervenções nos espaços públicos e na universidade para provocar reflexões sobre corpo e cultura***

A frente surgiu com o nome “Corpo e Cultura” em 2013. Buscou discutir o conceito de corpo e de cultura na sociedade de classes e com herança cultural patriarcal – um diálogo mais aprofundado, plural e horizontal – para construir estratégias de intervenção no espaço da universidade, na perspectiva de gerar reflexões e posições autônomas e contrárias às diversas formas de opressão, estigma e preconceito. Vivenciou ações com os trabalhadores, estudantes e moradores do entorno da UNIFESP que potencializam reflexões através da arte e outras

expressões culturais (como dança, rodas de conversa, etc.). A partir desse processo, percebeu-se a importância de promover intervenções artísticas para conhecer sua visão de mundo e conceitos internalizados dos sujeitos participantes e dialogar na tentativa de construir e construir junto a esses sujeitos, uma posição crítica e libertadora. O grupo buscou na dança uma estratégia para a vivência da práxis revelando valores, códigos e sentidos, que na maioria das vezes passam despercebidos e contribuem na reprodução de uma lógica opressiva e preconceituosa. Desse modo, a perspectiva da educação popular e a intencionalidade política passaram a fazer com que os sujeitos levantassem questionamentos, reflexões e compreendessem a realidade em que estamos inseridos, possibilitando criar propostas de transformação dessa realidade sob um contexto de subjetivação: de abertura para a novidade, de contato com o próximo e da transversalidade das afetações. As oficinas de dança possibilitaram a criação de outras atividades geradoras de questionamentos, com ênfase em temas referentes ao racismo, machismo e intolerância, e outras formas de desrespeito à pluralidade e aos direitos humanos.

#### **4 RESULTADOS – PARA QUE(M) SERVE MEU CONHECIMENTO? VIVÊNCIAS ESTUDANTIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Para a realização da análise foram compiladas as ideias centrais dos sujeitos expressas nos textos elaborados individualmente e também nas falas transcritas do vídeo desenvolvido pelo grupo. Os fragmentos elencados foram organizados conforme as categorias analíticas definidas, descritas acima, o que gerou reflexões acerca das questões motivadoras deste estudo.

##### ***4.1 Dimensão político-epistemológica (diz respeito à compreensão que os sujeitos têm sobre o conhecimento produzido a partir da experiência da Educação Popular na universidade)***

*AR: A Educação Popular entra na minha vida causando uma grande inquietação e me tirando da “zona de conforto”, mostrando que existem outras possibilidades. A Educação Popular necessita de escuta, vínculo e todo um trabalho de construção coletiva [...].*

*BM: [...] vi que o conhecimento pode e deve ser compartilhado. Que não só a educação acadêmica ensina, mas também a vivência [...].*

*BB: Não há que se falar em Educação Popular se esta estiver distante de um contexto de luta, de mudança. [...] As atividades desenvolvidas com a*

**Raiane Patrícia Severino ASSUMPÇÃO e Fabricio Leonardi. LEONARDI, Educação popular na universidade – uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências a partir do pet educação popular da UNIFESP-Baixada Santista**

*Educação Popular são imbuídas de intencionalidade política. [...] Assim, se em nosso projeto ético-político apontamos para um horizonte de transformação social, essa transformação não pode vir das mãos que oprimem, daí a necessidade do protagonismo da classe trabalhadora.*

*DR: [...] trazendo a Educação Popular como forma de emancipação do sujeito na tentativa de mudar o panorama de sua realidade social.*

*HL: [...] leva em conta a realidade dos sujeitos a fim de construir participação social e contribuir para a melhor compreensão da realidade social, política e econômica. Gosto de investir na ideia da construção coletiva, saberes diferentes que juntos formam um saber que não seja único [...].*

*JP: A importância dada ao processo educacional, a humanização, a visão crítica, a abertura de possibilidades para todas as classes sociais e a busca de atividades emancipadoras são fatores que fundamentam meu interesse nesta caminhada, descrevem minha percepção do que estamos trilhando.*

*MF: [...] como rever minha própria prática e quais os caminhos possíveis para uma construção efetivamente feita com o outro e não somente para o outro. [...] a meu ver, tem o potencial de possibilitar que todos os agentes envolvidos se percebam sujeitos de sua própria história e não meros espectadores.*

*NH: E mesmo dentro dos muros e/ou formalidades, o meu conhecimento será para aqueles que são barrados nas catracas de um sistema que os negam a classe trabalhadora e na busca de nos educarmos.*

*VO: [...] Aprender e viver. Mas o aprendizado nada é sem refletir. Todos os dias, aprendemos.*

*[...] E sigo vivendo, para viver  
Aprendendo e ensinando.  
Ensinando e aprendendo.  
E refletindo, mudei a trajetória  
Do que tinha na memória.  
E assim, reescrever minha história,  
Para o seu conhecimento.*

*MH: [...] proporciona encontros, trocas, outra maneira de fazer educação, outra maneira de se relacionar com a comunidade [...].*

*TA: Tem um pensamento que é diferente daquele que a gente encontra aqui na universidade. A gente percebe que tem um pouco mais de liberdade também na atuação. [...] a gente pretende facilitar o convívio entre a universidade e a população local.*

*BI: Como eu vou fazer alguma coisa sem estar naquele formato quadrado e acadêmico? [...] faz muito mais sentido trabalhar dessa forma, partindo da realidade daqueles que estou trabalhando [...].*

#### ***4.2 Dimensão ético-política (corresponde ao significado dessa experiência para a formação acadêmica e política dos sujeitos e ao impacto da educação popular no espaço institucional da universidade)***

AR: *Me fez acreditar em uma educação que respeite a história e concepção de mundo do sujeito, [...] minha luta é para que o meu conhecimento, construído coletivamente, caminhe na contramão do projeto em vigência, com ações libertadoras, críticas e emancipadora.*

BM: *[...] entendo o meu conhecimento como algo incompleto a ser compartilhado e enriquecido, não só os processos acadêmicos como também os processos da vida, tornam-se movimentos dialéticos, saindo do formato quadrado e horizontal, abrindo portas para um crescimento sem igual que nos transforma a todo o momento.*

BB: *Quando, durante a supervisão, eu invoquei a Educação Popular como relevante no estágio e no exercício profissional, era justamente por perceber a Educação Popular como a pedagogia dos trabalhadores, uma questão de coerência. Sendo assim, se nossa profissão é parte e coloca-se solidária à classe trabalhadora, a práxis pedagógica também precisa expressar isso.*

HL: *Até me aproximar da realidade da formação em universidades públicas, não fazia a mínima ideia do que era pesquisa, quiçá extensão. [...] percebi o quanto me faltava para alcançar de fato meu ideal. [...] Não bastava a formação pela simples inserção no mercado de trabalho e ponto. Olhando para dentro do que é ser Assistente Social e toda a responsabilidade, ligada às atribuições, competências, valores e princípios, percebi que era hora de acumular/trocar conhecimento de fato.*

MF: *A meu ver, a universidade pública deveria ter um papel determinante para a construção de um modelo de educação que se propõe mais do que simplesmente colaborar na compreensão de determinado conteúdo programático. A educação só tem sentido neste processo de negociação constante entre o que é idealizado e as diferentes realidades.*

NH: *[...]encontrei a Educação Popular e achei difícil me relacionar com algo que não tivesse uma fórmula, um passo a passo a seguir; mas eu sabia que tinha muito da minha vida naquele espaço, a concepção mais bela, não somente por partir da realidade dos sujeitos e das sujeitas, ou pela troca de saberes, mas também por enxergá-la como um direcionamento para minhas ações profissionais e pessoais, como possibilidade de construção e transformação.*

VO: *Pra que(m) serve o seu conhecimento? Serve para aprender e conhecer. Conhecer é saber. Saber é refletir, para transmitir e ensinar. Ensinando, volto a aprender.*

BR: *A educação popular como a possibilidade da mudança e da transformação. E ela só faz sentido quando disponibilizada pra quem é o sujeito dessa ação, dessa transformação; na minha perspectiva, os*

*trabalhadores e a população que é oprimida. Então é nesse sentido que eu venho tentando direcionar o meu conhecimento, [...] contribuir para que o oprimido consiga traçar estratégias, fazer frente a isso, se organizar, se formar, subverter...*

*TA: O meu conhecimento, esse conhecimento que eu adquiri tanto dentro da academia quanto fora dela, é pro meu povo, é pras pessoas que lutam e que acreditam que a sociedade pode ser um lugar melhor.*

*AL: O meu conhecimento está em construção e transformação. Mas tenho muito claro e firme pra que e a serviço de quem eu quero que meu conhecimento esteja.*

## **5 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS – NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO, QUAL A IMPLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES E DA DINÂMICA INSTITUCIONAL?**

A educação popular se materializa no espaço acadêmico como uma concepção contra-hegemônica por viabilizar aos estudantes um processo formativo permanente, vivenciado e conduzido pelos próprios sujeitos, com ações e posturas que vinculam teoria e prática às aspirações da classe trabalhadora, na perspectiva da emancipação humana – construir uma sociedade economicamente justa, culturalmente diversificada e politicamente igualitária.

Pelos relatos analisados, foi possível constatar que a experiência no PET de Educação Popular impactou a visão de mundo dos estudantes, o seu desenvolvimento acadêmico e o seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Seja por apresentar uma possibilidade de construção e intenção do conhecimento que desestabiliza modelos padronizados e convicções enraizadas nos sujeitos por processos formativos hegemônicos, ou por reafirmar propostas já vivenciadas por alguns sujeitos com movimentos sociais ou comunidades, abrindo espaço e importância para este aprendizado no âmbito da universidade.

Assim, o material analisado apresentou pistas sobre a construção de uma experiência de Educação Popular no espaço universitário, sobre o sentido, a intencionalidade desta construção e sobre os desafios e as conquistas obtidas ao longo do processo vivido.

Aspecto a ser ressaltado é o processo grupal experienciado na Educação Popular, tendo em conta as características e o formato institucional da universidade, que é muito diferente, por exemplo, da lógica vivenciada em movimentos sociais. A academia é constituída por calendário letivo, matriz curricular com horários de aulas e horas



complementares (que os estudantes devem frequentar), e o montante de atribuições, trabalhos e provas que o processo de ensino na graduação exige. Além disso, o Programa de Educação Tutorial – MEC/SESu determina o fornecimento de relatórios periódicos, processos seletivos públicos, participação em congressos e eventos com apresentação de trabalhos acadêmicos, notas mínimas e assiduidade nas atribuições para o recebimento da bolsa. Essas condicionalidades somam-se ao fato de que a participação do estudante é determinada pelo tempo da graduação (o simbólico diploma); no término do curso a vinculação com o Programa também acaba.

Portanto, uma primeira questão a ser discutida é a relação entre a dinâmica institucional da universidade e a vivência da Educação Popular. Considerando a lógica universitária, descrita acima, e o conteúdo dos relatos dos estudantes, é evidenciado o desafio de dar conta das demandas institucionais, criando e apresentando alternativas à burocratização, à meritocracia e à hierarquização no espaço universitário.

Outro aspecto diz respeito à formação acadêmica. Pudemos observar que, em muitos casos, a Educação Popular constitui-se como arcabouço teórico-metodológico “divisor de águas” na formação. A maioria dos estudantes apontou que mudaram a visão de mundo e o propósito da sua formação profissional após entrar em contato com a Educação Popular, além de demonstrar carinho e satisfação em pertencer ao grupo. Em alguns casos, os estudantes também mudaram a maneira de se relacionarem com os estudos da graduação, elencando novas prioridades e caminhos. Essas atitudes e reorientação, a partir do referencial teórico-metodológico assumido, são necessárias para que a educação popular no espaço universitário não seja apenas mais uma das atividades curriculares paralelas e/ou destacadas da ação popular.

Os processos educativos fundados na lógica da Educação Popular são marcantes nas falas e experiências. A ênfase dada pelos estudantes está muito relacionada ao método, aos procedimentos e ao uso das múltiplas linguagens que buscam o desenvolvimento das várias potencialidades e dimensões do ser humano.

Assim, a dimensão afetiva, os vínculos, as amizades, a paixão pelas pessoas ganham relevância, tornando-se um aspecto diferenciado se comparado às lógicas comuns do espaço universitário (o que não significa que não existam). Muitos projetos de ensino, pesquisa e extensão estão ancorados numa lógica produtivista, hierárquica, individualista, cercada por certificados, diplomas, méritos, premiações, vantagens, que podem levar o fazer acadêmico

ser um percurso angustiante e competitivo, no qual o outro é sempre inimigo ou adversário, mesmo que seja do próprio grupo. A alegria, por outro lado, de participar dos processos de Educação Popular, está muito fundada na ampliação do universo afetivo, na troca e nas possibilidades de criação e criatividade conjunta.

Também é muito presente nos relatos a necessidade da ação para fora dos muros da universidade, o que reafirma a forte vinculação nos projetos e programas de extensão, a partir da Extensão Popular. Esse desejo pelo agir aparece permeado por uma questão de classe – um posicionamento a favor de uma determinada classe, a classe trabalhadora –, o que demonstra que os estudantes fizeram um percurso de refletir criticamente a sociedade.

Os descritores “encontro” e “troca”, presentes nos relatos, exemplificam que a opção por uma classe social não implica em sectarismo, mas também não pode seguir para um caminho em que todos os saberes são válidos, justificáveis e passíveis de aceitação e deferência. Nesse sentido, o encontro com o diferente se torna pura e simplesmente o “encontro com outras vivências e outros saberes”, um fim em si mesmo; descolado da sua dimensão ético-política, o que minimiza e fragiliza o conceito de conscientização.

Outros dois conceitos que necessitam maior aprofundamento são os conceitos “participação social” e “emancipação”. São reiteradamente colocados, mas aparecem de forma ampla e genérica. O uso de conceitos amplos sem a compreensão de seu significado, mesmo que haja diversas acepções e seja preciso apresentar alguma discussão em torno dos mesmos, causa descrédito em outros espaços universitários e despolitiza os debates.

Outra palavra frequentemente citada é a palavra transformação. É possível perceber vários níveis e sentidos para a mesma. Ela está presente para relacionar a “mudanças estruturais da sociedade” como para exemplificar as mudanças internas, subjetivas, assim nos dá a possibilidade de refletir sobre mudança dialeticamente, na relação do eu com o mundo, não como algo mecânico que parte de um lugar ao outro ou vice e versa. Do ponto de vista individual, revela um empenho em assegurar condições favoráveis de descoberta de potencialidades e talentos, além de trabalhar as dificuldades e limites. Esse processo de construção da autocrítica é difícil e complexo, mas deve ser levado a cabo – porém, muitas vezes surge naturalmente na dinâmica dos trabalhos. Do ponto de vista coletivo, mais amplo, revela o esforço de entendimento dos determinantes e mecanismos macroestruturais, bem como a necessária vinculação da educação popular com a memória histórica das experiências humanas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu identificar a possibilidade da existência da Educação Popular no espaço da universidade no contexto do século XXI. Evidenciou-se que a Educação Popular consegue existir e ser mantida no espaço da universidade pública brasileira devido à própria natureza contraditória desta instituição: que reconhece várias conquistas dos direitos sociais, das políticas de democratização e da reivindicação da igualdade de oportunidades para a classe popular; mas que reafirma suas práticas e cultura institucional condizente com o modelo social historicamente hegemônico. Portanto, a universidade pública é ainda um espaço a ser conquistado, efetivamente, pela classe popular.

É esse desafio, o desejo da conquista de uma universidade pública para todos, que tem motivado a práxis da maioria dos estudantes universitários engajados no PET de Educação Popular da UNIFESP-BS. Esses estudantes expressam em suas falas que é possível vivenciar a Educação Popular no espaço acadêmico desde que as ações e reflexões realizadas estejam vinculadas ou intrinsecamente ligadas às necessidades e às causas da classe trabalhadora. Assim, a concepção da Educação Popular se fez presente na universidade pela vivência de pequenos grupos que se articulam com movimentos sociais, realizam trabalhos de extensão, estudos e pesquisas por meio de metodologias participativas (como pesquisa-ação, pesquisa participante, sistematização da práxis, entre outras). Os integrantes do grupo afirmam, ainda, que os processos de aprendizagem vivenciados nesta experiência de Educação Popular diferem de outras experiências na universidade por pautar-se em práticas pedagógicas e organizacionais que contemplam e respeitam as diferentes trajetórias dos sujeitos, por considerar as pessoas como humanas (buscando propiciar o desenvolvimento de todas as suas dimensões: intelectuais, biofísicas, afetivas e sociais), por democratizar o acesso às produções e às tomadas de decisões.

Nesse sentido, a Educação Popular no espaço da universidade, embora tenha permanecido pouco reconhecida, tem contribuído, permanentemente, para que a universidade pública brasileira seja provocada a assumir seu compromisso com a população que historicamente esteve apartada do espaço concebido como produtor do conhecimento. Para tanto, deve romper com a hierarquização dos saberes e a imposição das lógicas de produção



---

do conhecimento; reconhecendo e dialogando, de forma respeitosa e crítica, com os diversos saberes existentes e produzidos na sociedade, na perspectiva da justiça e equidade.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R. (Org.). **Educação Popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, C. R. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DURHAM, E. R. **A autonomia universitária: o princípio constitucional e suas implicações**. In: Documento de trabalho 09/1989. São Paulo: NUPES: FFLCH, 1989.

FLEURI, R. M. **Educação Popular e Universidade: contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular na Universidade Estadual de Campinas**. Florianópolis: NUP: CED: UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociedade, Democracia e Educação: Qual universidade?** Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. p.1-45.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELO NETO, J. F. **Extensão Popular**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

GADOTTI, M. **Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos**. Cadernos de EJA, v. 06. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2 v.

SANTOS, B. S. **A universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória**. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011.

**Artigo recebido em 12/05/2016.  
Aceito para publicação em 27/06/2016.**

## Notas

---

<sup>i</sup>Fleuri (2001 e 2004) apresenta reflexões sobre a educação popular na universidade, referentes ao período dos anos 80; Vasconcelos e Cruz (Org.) (2013) e Melo Neto (2014) no contexto atual, século XXI.

<sup>ii</sup>Historicamente, aquilo que ocorre no âmbito da universidade brasileira e não é caracterizado como ensino regular ou pesquisa, é definido como extensão. Por isso, temos a extensão como curso não regular, a extensão como serviço e prestação de serviço, a extensão efêmera como assistência, a extensão como responsabilidade social e a extensão como ação política.

<sup>iii</sup>Freire (1979); (1981); (1983) e (2005).

<sup>iv</sup>Antonio Gramsci. Gramsci (1987); (1991) e (2001).

<sup>v</sup>Aline L. R. Gomes, Ana Gabriela S. A. Prado, Bianca O. Melo, Brenda B. Silva, Bruna F. Carvalho, Edson B. Rocha, Hellen P. N. Santos, Juliana B. F. S. Picolo, Maria Helena C. Lemes, Mariana F. S. Santos, Núbia C. Silva, Tatiane C. B. Q. Lobo e Valeria Ap. O. Silva.

<sup>vi</sup>Pra que(m) serve seu conhecimento? PET Educação Popular UNIFESP-BS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fMXpUi20xEU>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

<sup>vii</sup>Referenciada na concepção freiriana como resgate da humanização, que é uma tarefa histórica do ser humano situado num contexto social e objetivo concreto. “[...] A pedagogia tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 2005, p. 16).